



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROGEPE – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
CPTA – COORDENAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
PROGRAD – PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COSEAC – COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA



CONCURSO PÚBLICO PARA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Edital nº 218 – 2013

Nível Código

E 124

Turno: **Manhã**

Cargo: **Assistente Social**

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções ao candidato – parte integrante do Edital – subitem 16.2

1. Ao receber este **Caderno de Questões**, confira se o cargo indicado é aquele para o qual você está concorrendo. Verifique se constam deste Caderno, de forma legível, as 60 (sessenta) questões objetivas e o tema da Redação. Caso contrário, notifique imediatamente ao fiscal.
2. Saiba que, se fizer a prova para um cargo diferente daquele a que concorre, você será eliminado do concurso.
3. Além deste **Caderno de Questões**, você deverá ter recebido o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**.
4. Verifique se seus dados conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Redação**. Em caso afirmativo, assine a **Folha de Redação** e o **Cartão de Respostas** e leia atentamente as instruções para o preenchimento. Caso contrário, notifique imediatamente ao fiscal.
5. Sob pena de eliminação do concurso, não é permitido que faça uso de instrumentos auxiliares para cálculos e desenhos, ou porte qualquer dispositivo eletrônico, inclusive telefone celular, que sirva de consulta ou comunicação. Da mesma forma, na **Folha de Redação**, não faça qualquer registro que possa identificá-lo, exceto no lugar destinado à assinatura. A **Folha de Redação** será desidentificada antes da correção.
6. Você vai verificar que cada questão objetiva apresenta 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois será atribuída nota zero a toda questão com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
7. O tempo disponível para você fazer esta prova, incluindo a elaboração da redação e o preenchimento do **Cartão de Respostas**, é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos.
8. Colabore com o fiscal, na coleta da impressão digital.
9. Use caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher o **Cartão de Respostas** e escrever a redação.
10. Faça a prova com equilíbrio de tempo, reservando espaço para preencher o **Cartão de Respostas** e passar a limpo a redação.
11. Terminando a prova, entregue ao fiscal o **Caderno de Questões**, o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**. Verifique se assinou o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**. A não entrega do **Cartão de Respostas** e da **Folha de Redação** implicará na eliminação do concurso.

Após o aviso para o início da prova, você deverá permanecer no local de realização da mesma por, no mínimo, noventa minutos.

Parte I: Língua Portuguesa

Após a leitura do texto, responda às questões propostas.

1 Com seu cabelo cinza, rugas novas e os mesmos olhos verdes, cantando madrigais para a moça do cabelo cor de abóbora, Chico Buarque de Holanda vai bater de frente com as patrulhas do senso comum. Elas torcem o nariz para mais essa audácia do trovador. O casal cinza e cor de abóbora segue seu caminho e tomara que ele continue cantando “eu sou tão feliz com ela” sem encontrar resposta ao “que será que dá dentro da gente que não devia”.

2 Afinal, é o olhar estrangeiro que nos faz estrangeiros a nós mesmos e cria os interditos que balizam o que supostamente é ou deixa de ser adequado a uma faixa etária. O olhar alheio é mais cruel que a decadência das formas. (...)

3 Proust, que de gente entendia como ninguém, descreve o envelhecer como o mais abstrato dos sentimentos humanos. O príncipe Fabrizio Salinas, o Leopardo criado por Tommasi di Lampedusa, não ouvia o barulho dos grãos de areia que escorrem na ampulheta. Não fora o entorno e seus espelhos, netos que nascem, amigos que morrem, não fosse o tempo “um senhor tão bonito quanto a cara do meu filho”, segundo Caetano, quem, por si mesmo, se perceberia envelhecer? Morreríamos nos acreditando jovens como sempre fomos.

4 A vida sobrepõe uma série de experiências que não se anulam, ao contrário, se mesclam e compõem uma identidade. O idoso não anula dentro de si a criança e o adolescente, todos reais e atuais, fantasmas saudosos de um corpo que os acolhia, hoje inquilinos de uma pele em que não se reconhecem. E, se é verdade que o envelhecer é um fato e uma foto, é também verdade que quem não se reconhece na foto se reconhece na memória e no frescor das emoções que persistem. É assim que, vulcânica, a adolescência pode brotar em um homem ou uma mulher de meia-idade, fazendo projetos que mal cabem em uma vida inteira.

5 Essa doce liberdade de se reinventar a cada dia poderia prescindir do esforço patético de camuflar com cirurgias e botoxes – obras na casa demolida – a inexorável escultura do tempo. O medo pânico de envelhecer, que fez da cirurgia estética um próspero campo da medicina e de uma vendedora de cosméticos a mulher mais rica do mundo, se explica justamente pela depreciação cultural e social que o avançar na idade provoca.

6 Ninguém quer parecer idoso, já que ser idoso está associado a uma sequência de perdas que começam com a da beleza e a da saúde. Verdadeira até então, essa depreciação vai sendo desmentida por uma saudável evolução das mentalidades: a velhice não é mais o que era antes. Nem é mais quando era antes. Os dois ritos de passagem que a anunciavam, o fim do trabalho e da libido, estão, ambos, perdendo autoridade. Quem se aposenta continua a viver em um

mundo irreconhecível que propõe novos interesses e atividades. A curiosidade se aguça na medida em que se é desafiado por bem mais que o tradicional choque de gerações com seus conflitos e desentendimentos. Uma verdadeira mudança de era nos leva de roldão, oferecendo-nos ao mesmo tempo o privilégio e o susto de dela participar.

7 A libido, seja por uma maior liberalização dos costumes, seja por progressos da medicina, reclama seus direitos na terceira idade com uma naturalidade que em outros tempos já foi chamada de despudor. Esmaece a fronteira entre as fases da vida. É o conceito de velhice que envelhece. Envelhecer como sinônimo de decadência deixou de ser uma profecia que se autorrealiza. Sem, no entanto, impedir a lucidez sobre o desfecho.

8 “Meu tempo é curto e o tempo dela sobra”, lamenta-se o trovador, que não ignora a traição que nosso corpo nos reserva. Nosso melhor amigo, que conhecemos melhor que nossa própria alma, companheiro dos maiores prazeres, um dia nos trairá, adverte o imperador Adriano em suas memórias escritas por Marguerite Yourcenar.

(OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. “Um tempo sem nome”. O Globo: 21/01/2012.)

01 A argumentação desenvolvida no texto orienta-se no sentido de persuadir o leitor a concluir que:

- (A) Chico Buarque de Holanda é um velho trovador audacioso, capaz de, em nome do amor, bater de frente com as esclerosadas patrulhas do senso comum.
- (B) pior que a decadência das formas, fruto do envelhecer, é o olhar do outro, que cria as interdições destinadas a restringir a liberdade do corpo.
- (C) com a memória da adolescência, a vida renasce dentro de um ser humano de meia-idade, que pode vir a fazer projetos que mal cabem numa vida inteira.
- (D) a falta da libido não é mais característica da terceira idade, graças não só à liberalização dos costumes como aos progressos da medicina.
- (E) apesar de inevitável o envelhecimento e seu desfecho, observa-se hoje uma política do corpo que tende a dissipar as fronteiras entre as fases da vida.

02 A proposição cujo conteúdo a autora quer que se interprete, não como certo, mas como possível, é:

- (A) “vulcânica, a adolescência pode brotar em um homem ou uma mulher de meia-idade, fazendo projetos que mal cabem em uma vida inteira” (§ 4).
- (B) “Quem se aposenta continua a viver em um mundo irreconhecível que propõe novos interesses e atividades” (§ 6).
- (C) “Uma verdadeira mudança de era nos leva de roldão, oferecendo-nos ao mesmo tempo o privilégio e o susto de dela participar” (§ 6).
- (D) “Envelhecer como sinônimo de decadência deixou de ser uma profecia que se autorrealiza” (§ 7).
- (E) “Nosso melhor amigo, que conhecemos melhor que nossa própria alma, companheiro dos maiores prazeres, um dia nos trairá” (§ 8).

03 Pode-se introduzir, sem prejuízo da coerência textual, o enunciado em: “Os dois ritos de passagem que a anunciavam, o fim do trabalho e da libido, estão, ambos, perdendo autoridade” (§ 6) com o auxílio de:

- (A) inclusive.
- (B) portanto.
- (C) aliás.
- (D) ou melhor.
- (E) afinal.

04 Há evidente equívoco na indicação do segmento de texto a que se refere o pronome destacado em:

- (A) “QUE escorrem da ampulheta” (§ 3) / o barulho dos grãos de areia.
- (B) “que OS acolhia” (§ 4) / a criança e o adolescente.
- (C) “ESSA depreciação” (§ 6) / a depreciação cultural e social que o avançar na idade provoca.
- (D) “e o susto de dELA participar” (§ 6) / Uma verdadeira mudança de era.
- (E) “reclama SEUS direitos” (§ 7) / A libido.

05 A alternativa em que a proposta de mudança de redação altera o sentido do enunciado no texto é:

- (A) “sem encontrar resposta” (§ 1) / a despeito de não encontrar resposta.
- (B) “vai bater de frente com as patrulhas” (§ 1) / vai ao encontro das patrulhas.
- (C) “ao contrário, se mesclam” (§ 4) / antes se mesclam.
- (D) “se é verdade” (§ 4) / a ser verdade.
- (E) “seja por progressos da medicina” (§ 7) / seja em virtude de progressos da medicina.

06 O aposto em que se recorre à expressividade da linguagem figurada é:

- (A) “o Leopardo criado por Tommasi di Lampedusa” (§ 3).
- (B) “netos que nascem, amigos que morrem” (§ 3).
- (C) “obras na casa demolida” (§ 5).
- (D) “o fim do trabalho e da libido” (§ 6).
- (E) “companheiro dos maiores prazeres” (§ 8).

07 Altera-se o sentido de: “VERDADEIRA ATÉ ENTÃO, essa depreciação vai sendo desmentida por uma saudável evolução das mentalidades” (§ 6) com a seguinte redação do termo em destaque:

- (A) Se bem que verdadeira até então.
- (B) Apesar de ser verdadeira até então.
- (C) Por muito que verdadeira até então.
- (D) Por ser verdadeira até então.
- (E) Verdadeira que seja até então.

08 Não se pode substituir o termo em destaque no trecho “com as patrulhas do SENSO comum” (§ 1), pelo substantivo CENSO, por inadequação de sentido. Da mesma forma, a frase abaixo em que NÃO se pode preencher a lacuna com o primeiro termo indicado entre parênteses, também por inadequação de sentido, é:

- (A) Eram ____ no rosto do ator os traços da velhice que chegava (flagrantes / fragrantes).
- (B) A velhice ____ o espírito do homem, levando-o à tristeza (degradava / degredava).
- (C) O idoso ____ os olhos, pensativo, diante da velhice (serrava / cerrava).
- (D) Os idosos, em harmonioso ____, cantavam músicas joviais (concerto / conserto).
- (E) O médico ____ ao idoso remédios para controlar a hipertensão (prescreveu / proscreeveu).

09 Em: “Não fora o entorno e seus espelhos” (§ 3), a forma verbal do mais-que-perfeito do indicativo está empregada, no que diz respeito às noções de tempo e modo, como a forma destacada em:

- (A) Até que enfim CONSEGUIRA o passaporte para viajar à Europa.
- (B) Três dias depois o marido voltou, como se nada HOUVERA.
- (C) O porteiro aproximou-se para avisar que o táxi já CHEGARA.
- (D) VIERA de longe, apenas para cobrar-lhe uma dívida antiga.
- (E) Tivesse mais coragem – e ele SAÍRA correndo para pedir-lhe perdão.

10 Nossas gramáticas entendem que é facultativa a ênclise do pronome átono, tal como indicada, no seguinte contexto linguístico:

- (A) “é o olhar estrangeiro que nos faz estrangeiros a nós mesmos” (§ 2) / faz-nos.
- (B) “fantasmas saudosos de um corpo que os acolhia” (§ 4) / acolhia-os.
- (C) “hoje inquilinos de uma pele em que não se reconhecem” (§ 4) / reconhecem-se.
- (D) “Uma verdadeira mudança de era nos leva de roldão” (§ 6) / leva-nos.
- (E) “que não ignora a traição que nosso corpo nos reserva” (§ 8) / reserva-nos.

Parte II: Noções Básicas de Administração Pública

11 A contratação de professores, técnicos e cientistas estrangeiros é permitida, na forma da Constituição:

- (A) às universidades, em todos os casos, e às instituições de pesquisa científica e tecnológica somente para a contratação de técnicos e cientistas estrangeiros.
- (B) apenas às universidades, em todos os casos.
- (C) apenas às instituições de pesquisa científica e tecnológica, em todos os casos.
- (D) às universidades, em todos os casos, e às instituições de pesquisa científica e tecnológica somente para a contratação de professores.
- (E) às universidades e às instituições de pesquisa científica e tecnológica, em todos os casos.

12 Acerca dos dispositivos constitucionais sobre os servidores públicos, considere as afirmativas seguintes:

- I Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder ou ser inferiores à remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
- II A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição ficto.
- III Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime próprio do ente a que está vinculado.

Das afirmativas acima:

- (A) apenas III está correta.
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas II e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

13 Se o servidor de uma autarquia pratica um dano civil contra um terceiro:

- (A) não é necessário investigar a culpa do servidor, porque a Constituição da República estabelece que, em casos como esse, o servidor não tem qualquer responsabilidade, nem perante o terceiro, nem perante a autarquia.
- (B) é necessário investigar a culpa do servidor, porque, caso contrário, poder-se-ia estar diante de um caso de enriquecimento sem causa; o servidor só indenizará o terceiro se ficar comprovada a sua culpa.
- (C) é necessário investigar a culpa do servidor, porque, se houve um dano civil, é porque existe um causador, e só este causador, é que terá a obrigação de indenizar a quem sofreu o prejuízo; só se ficar provada a culpa do servidor é que este terá de indenizar o terceiro.
- (D) não é necessário investigar a culpa do servidor para a indenização ao terceiro; a autarquia indeniza o terceiro e, em ação regressiva em face do seu servidor, procurará ressarcir-se do pagamento feito a título de indenização, quando então será investigada a culpa ou dolo do servidor.
- (E) é necessário investigar a culpa do servidor, para que ele não só indenize o terceiro, mas também responda por eventuais danos morais que possam recair sobre a autarquia em decorrência da situação em tela.

14 De acordo com a Lei nº 8.112/90, o servidor será removido a pedido, independentemente do interesse da Administração, na seguinte hipótese:

- (A) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial.
- (B) para a frequência a curso de aperfeiçoamento oferecido por instituição de ensino superior, se o prazo for superior a 2 (dois) anos.
- (C) para acompanhar ascendente ou descendente que ingressar em cargo público, por meio de investidura, de qualquer poder da União, estados, municípios e Distrito Federal.
- (D) para acompanhar cônjuge que irá exercer mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.
- (E) para cumprimento de serviço militar.

15 Acerca do afastamento do servidor para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país, é correto afirmar que:

- (A) os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos quatro anos, incluído o período de estágio probatório, e que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares ou, com fundamento neste artigo, nos quatro anos anteriores à data da solicitação de afastamento.
- (B) os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 2 (dois) anos para mestrado e 3 (três) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório.
- (C) os servidores beneficiados por essa modalidade de afastamento terão que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual à metade do tempo de afastamento concedido.
- (D) caso o servidor não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento no período previsto, deverá ressarcir o órgão ou entidade dos gastos de seu aperfeiçoamento, mesmo na hipótese comprovada de força maior ou caso fortuito.
- (E) caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria, antes de cumprido o período de permanência após o afastamento, será considerado demitido a bem do serviço público, respondendo cível e criminalmente.

16 Considerar-se-á impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

- (A) tenha julgado, nos últimos 12 (doze) meses, matéria similar à contida no processo administrativo.
- (B) tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro, parente e afins até o segundo grau.
- (C) tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.
- (D) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro, parentes e afins até o terceiro grau.
- (E) tenha interesse direto ou indireto na matéria.

17 De acordo com o artigo 17 da Lei nº 8.666/93, para alienação de bens imóveis, faz-se imprescindível a autorização legislativa, bem como a licitação na modalidade concorrência. O mesmo artigo, no entanto, contempla algumas exceções a essa modalidade de licitação. A opção em que três das hipóteses previstas de dispensa de licitação na modalidade concorrência estão rigorosamente de acordo com o referido artigo é:

- (A) venda a outro órgão da mesma esfera do governo ou Administração Pública / investidura / alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública.
- (B) investidura / doação a qualquer pessoa / venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.
- (C) dação em pagamento / investidura / alienação e concessão de direito real de uso, gratuita ou onerosa, de terras públicas rurais da União na Amazônia Legal onde incidam ocupações até o limite de 15 (quinze) módulos rurais ou 1.500 ha (mil e quinhentos hectares), para fins de regularização fundiária, atendidos os requisitos legais.
- (D) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da Administração Pública / permuta por imóvel mais vantajoso para a Administração Pública / dação em pagamento.
- (E) dação em pagamento / doação exclusivamente para órgão ou entidade da Administração Pública, da mesma esfera de governo / venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.

18 De acordo com o Código de Ética do Servidor Público Federal, é vedado ao servidor público:

- I** o uso do cargo ou função, de facilidades, de amizades, de tempo, de posição e influências, para obter qualquer favorecimento para si ou para outrem.
- II** o uso de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.
- III** pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor com o mesmo fim.

Das afirmativas acima:

- (A)** nenhuma das três está correta.
- (B)** as três estão corretas.
- (C)** apenas I está correta.
- (D)** apenas I e II estão corretas.
- (E)** apenas III está correta.

19 Para fins de apuração de comprometimento ético, o Decreto nº 1.171/94 entende por servidor público:

- (A)** os servidores e empregados da Administração Pública direta, de qualquer forma, com ou sem remuneração.
- (B)** apenas os servidores permanentes da Administração Pública.
- (C)** qualquer pessoa que preste serviços remunerados à Administração Pública.
- (D)** qualquer pessoa que preste serviços à Administração Pública, de forma permanente, temporária ou excepcional, com ou sem remuneração, tanto na Administração Pública direta quanto em autarquias, fundações públicas, entidades paraestatais, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (E)** qualquer pessoa que preste serviços, remunerados ou não, a autarquias, fundações públicas, entidades paraestatais, empresas públicas e sociedades de economia mista.

20 A Lei nº 8.666/93 enuncia como serviços técnicos profissionais especializados, sujeitos à licitação através de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração, determinados trabalhos prestados por profissionais liberais ou empresas. De acordo com a referida lei, estão enumeradas somente hipóteses desta espécie de serviços técnicos em:

- (A)** treinamento e aperfeiçoamento de pessoal / restauração de obras de arte de valor histórico / fornecimento de material odontológico.

- (B)** auditorias financeiras e tributárias / patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas / realização de obras de grande porte.
- (C)** pareceres, perícias e avaliações em geral / restauração de obras de arte e bens de valor histórico / patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas.
- (D)** estudos técnicos, planejamento e projetos básicos e executivos / criação de obra literária ou artística / assessorias e consultorias técnicas.
- (E)** treinamento e aperfeiçoamento de pessoal / realização de espetáculos artísticos ou shows / fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras ou serviços.

Parte III: Conhecimentos Específicos

21 O Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor atribuiu maior amplitude política à atuação profissional, por meio da criação de novos valores éticos e princípios fundamentais. Não se instituiu como conteúdo meramente corporativista, mas como um projeto profissional vinculado à(ao):

- (A)** busca de valores humanitários e igualitários na promoção dos direitos do homem.
- (B)** implementação das políticas sociais nos setores da saúde, previdência e assistência social.
- (C)** plano nacional de assistência social implementado em 2004.
- (D)** construção de uma nova ordem societária, sem exploração e dominação de classe.
- (E)** projeto ético-político voltado para a obtenção de benefícios sociais.

22 Ao analisar a origem do serviço social no Brasil, Iamamoto e Carvalho (2001) afirmam que a implementação da profissão surge:

- (A)** da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, através da Igreja Católica.
- (B)** das medidas coercitivas do Estado getulista através das políticas sociais trabalhistas.
- (C)** da conjuntura histórica favorável para o aparecimento dos Centros de Estudo de Ação Social.
- (D)** dos sindicatos patronais ligados ao Ministério do Trabalho e da Ação Social.
- (E)** do movimento dos trabalhadores que reivindicavam medidas de proteção social, típicas de países industrializados.

23 Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem como um dos objetivos:

- (A) igualdade de condições para acesso às políticas sociais.
- (B) garantia de gratuidade no acesso aos direitos previdenciário.
- (C) participação da população na política de descentralização.
- (D) garantia de salário maternidade às mulheres cadastradas no Programa Único de Assistência Social.
- (E) amparo às crianças e adolescentes carentes.

24 De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social – Lei nº 8.662/1993 –, cabem ao profissional algumas atribuições privativas. Dentre elas, pode-se destacar:

- (A) orientar indivíduos, grupos e comunidades no sentido das lutas pelos direitos sociais.
- (B) elaborar, programar, avaliar e executar políticas sociais junto a órgãos da administração públicas, empresas, entidades e organizações populares.
- (C) assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário.
- (D) dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.
- (E) ocupar cargos e funções em entidades filantrópicas de assistência social.

25 A fase exploratória é um dos elementos importantes da pesquisa social. Essa etapa envolve alguns esforços, sendo um deles:

- (A) o diagnóstico da realidade a ser pesquisada.
- (B) a pesquisa bibliográfica disciplinada, crítica e ampla.
- (C) a coleta de dados primários e secundários.
- (D) a análise da realidade empírica.
- (E) o conhecimento dos dados pesquisados.

26 O estado burguês – particularmente, a partir dos anos 70 – experimentou um redimensionamento considerável nas suas funções. Segundo Paulo Netto (1996), a mudança mais imediata foi(foram):

- (A) a diminuição da sua ação reguladora, especialmente das suas funções legitimadoras.
- (B) a articulação das ações assistenciais no âmbito privado.
- (C) os incrementos das atribuições governamentais no campo da assistência social.
- (D) a criação de um sistema informacional de caráter global.
- (E) o aumento de recursos destinados ao *welfare state*.

27 Um dos campos de atuação do serviço social que merece destaque na contemporaneidade é o trabalho na área sociojurídica. A família, nesse contexto, deve ser considerada nas suas diversas configurações. Nesse sentido, a chamada “judicialização de conflitos familiares” é expressa por meio:

- (A) da entrada expressiva da mulher no mercado de trabalho.
- (B) da implementação de cotas raciais para a entrada de negros no mercado laborativo.
- (C) dos litígios e divergências de ordem material e moral na criação dos filhos.
- (D) da criação de varas de famílias no âmbito estadual e municipal.
- (E) da valorização do trabalho familiar no contexto de educação dos filhos.

28 As diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 marcaram outro caminho no processo de formação profissional dos assistentes sociais. Dentre as diversas questões que marcam a formação profissional, destaca-se:

- (A) a ênfase na história da profissão no Brasil e a criação das primeiras instituições assistenciais.
- (B) a capacitação profissional no âmbito da seguridade social.
- (C) a não fragmentação dos conteúdos na organização curricular, condição fundamental à articulação das disciplinas entre si.
- (D) a valorização das disciplinas pertinentes à análise da formação social do Brasil, particularmente, a compreensão da questão social.
- (E) a formação de profissionais críticos e preocupados com a qualificação no âmbito estatal e empresarial.

29 Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1993 –, a assistência social rege-se por alguns princípios fundamentais. Dentre eles, destaca-se:

- (A) participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da política de assistência.
- (B) supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- (C) primazia da responsabilidade do Estado na condição da política de assistência social em cada esfera de governo.
- (D) descentralização político-administrativa na execução da política de seguridade social.
- (E) destinação de recursos – por parte da União – para estados e municípios na implementação da política nacional de assistência social.

30 Segundo a análise de Pereira, apud Bravo & Pereira (2001), política pública significa:

- (A) parceria entre o Estado e a sociedade civil na avaliação e implementação das políticas sociais.
- (B) implementação de políticas destinadas ao suprimento das necessidades da população.
- (C) diagnóstico e avaliação das políticas setoriais implementadas nos estados e municípios.
- (D) ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos em lei.
- (E) descentralização das ações assistenciais nos estados e municípios em prol do aperfeiçoamento da política e do interesse público.

31 Segundo a análise de Simões (2006), a previdência social no Brasil tem início com a Lei Eloy Chaves em 1923. Entre algumas medidas, essa lei instituiu:

- (A) a Caixa de Aposentadorias e Pensões nas empresas ferroviárias, para os respectivos empregados.
- (B) o Ministério do Trabalho e Emprego.
- (C) os institutos de aposentadorias e pensões para empregados do comércio.
- (D) o Instituto Nacional de Previdência Social.
- (E) o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

32 De acordo com a análise de Simões (2006), o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – é um equipamento estatal de base territorial, abrangendo um total de até mil famílias, que tem por finalidade:

- (A) classificar as famílias de acordo com a vulnerabilidade social apresentada.
- (B) coordenar os Conselhos Municipais de Assistência Social.
- (C) implementar um sistema democrático de gestão.
- (D) regular os recursos destinados à Política Nacional de Assistência Social.
- (E) organizar, coordenar e executar os serviços de proteção social básica de política assistencial.

33 O Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor apresenta algumas competências do Conselho Federal de Serviço Social. Dentre estas competências, pode-se destacar a seguinte:

- (A) firmar jurisprudência, como Tribunal Superior de Ética Profissional, na observância do código e nos casos omissos.
- (B) garantir a defesa da Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios do Código de Ética.
- (C) desempenhar as atividades jurídicas de acordo com os princípios do Código de Ética.

- (D) zelar pela observância do Código de Ética, funcionando como tribunal de primeira instância.
- (E) informar aos assistentes sociais quanto às funções desempenhadas no exercício profissional.

34 A Política Pública de Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando combater as desigualdades socioterritoriais. Sob essa perspectiva, tem como um dos objetivos:

- (A) assegurar a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- (B) viabilizar a divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
- (C) assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária.
- (D) garantir a descentralização das ações assistenciais, integrando-as às demais políticas setoriais de seguridade social.
- (E) garantir o funcionamento das organizações assistenciais públicas e privadas no atendimento as necessidades emergenciais da população.

35 De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, a proteção social de média complexidade envolve também o Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Estes centros realizam ações junto a indivíduos e a famílias, que têm como características situações que envolvem:

- (A) impedimento do acesso às políticas de seguridade social.
- (B) violação de direitos.
- (C) calamidades públicas.
- (D) tragédias ambientais.
- (E) proteção integral.

36 Segundo a análise de Marconsin, apud Forti & Guerra (2013), a documentação tem a importante tarefa de oferecer subsídios para a análise e intervenção do serviço social na realidade. De acordo com a autora, essa tarefa faz parte:

- (A) da história e constituição do serviço social como profissão.
- (B) da tarefa institucional para análise dos dados coletados.
- (C) do momento fundante da ação profissional numa vertente crítica.
- (D) da sistematização de dados para o desenvolvimento teórico-prático profissional.
- (E) da reconstrução da prática profissional nos diferentes espaços institucionais.

37 De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742/1993 – na organização e gestão da assistência, compete à União:

- (A) atender, em conjunto com os estados, o Distrito Federal e os municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.
- (B) estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.
- (C) efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.
- (D) fiscalizar as ações públicas e privadas na implementação da política de assistência social.
- (E) executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.

38 O Sistema Único de Assistência Social – SUAS – é o sistema que consolida a Política Nacional de Assistência, tendo por funções assistenciais:

- (A) primazia no atendimento às demandas sociais e emergenciais.
- (B) produção de informações sobre áreas de vulnerabilidade em todo território nacional.
- (C) controle dos padrões de serviço assistenciais, em especial os albergues e os abrigos.
- (D) fiscalização e execução dos orçamentos destinados à Política Nacional de Assistência Social.
- (E) proteção social, vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais.

39 Segundo a análise de Iamamoto (2007), o serviço social brasileiro, a partir dos anos 80, registra um processo de ruptura de caráter teórico e prático-político com a herança conservadora. Nesse contexto, o debate sobre os fundamentos do serviço social estiveram presentes através de alguns eixos temáticos. Dentre eles, destacam-se:

- (A) a metodologia e a ideologia do trabalho profissional, com ênfase na teoria crítica.
- (B) a construção da esfera pública e a defesa das políticas sociais ligadas ao Estado.
- (C) a cidadania e a democracia na construção de um novo projeto profissional.
- (D) o resgate da historicidade da profissão, a crítica teórico-metodológica e a ênfase na política social pública.
- (E) a apropriação de novas vertentes teóricas e o aprofundamento das discussões sobre a formação do Estado brasileiro.

40 Ao analisar a seguridade social no Brasil, Motta (1995) afirma que os rebatimentos da crise econômica e dos processos sociais influenciam nesta questão. Ao remeter-se à questão da seguridade social no âmbito da economia e da política, a autora cita elementos que marcam algumas tendências como:

- (A) o aumento de investimentos estatais na condução da política de seguridade social.
- (B) a rigidez nos padrões de produção fabril e têxtil.
- (C) as mudanças no mundo do trabalho com incremento da acumulação flexível.
- (D) a politização da classe trabalhadora e a pressão dos sindicatos operários.
- (E) o crescimento das organizações públicas para enfrentamento da questão social.

41 Segundo a análise de Simões (2006), a LOAS instituiu algumas instâncias deliberativas na implementação da referida lei como o(s):

- (A) Conselho Nacional de Assistência Social.
- (B) Conselhos Municipais de Saúde.
- (C) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
- (D) Conselho Nacional dos Portadores de Deficiência.
- (E) Conselho Estadual da Pessoa Idosa.

42 O modelo de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – é caracterizado como:

- (A) descentralizado e participativo.
- (B) associado e dependente.
- (C) democrático e financiável.
- (D) público e privado.
- (E) filantrópico e universal.

43 Numa secretaria de saúde um assistente social deseja realizar uma pesquisa sobre a dependência química entre os moradores da cidade. Segundo a análise de Minayo (1996), na metodologia da pesquisa, o profissional deve desenvolver atividades relacionadas:

- (A) à dinâmica de grupo.
- (B) aos objetivos e à bibliografia.
- (C) ao desenvolvimento de comunidade.
- (D) à definição da amostragem e à coleta de dados.
- (E) à investigação participante.

44 De acordo com a análise de Yazbek (2006), num contexto marcado pela emergência do neoliberalismo – anos 70 e 80 do século passado –, o Brasil vai instituir constitucionalmente, na contramão das transformações que ocorrem na ordem econômica mundial, em 1988, o seu sistema de seguridade social. Nesse contexto, a assistência social tem como principais características:

- (A) o desenvolvimento de organizações não governamentais.
- (B) o paradigma universalista do papel dos estados e municípios.
- (C) o protagonismo dos conselhos de seguridade em âmbito nacional.
- (D) a universalização no acesso aos direitos e a responsabilidade estatal.
- (E) a primazia social no atendimento às demandas.

45 O Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor estabelece alguns direitos e responsabilidades gerais do profissional. Dentre estes direitos, pode-se destacar o(a):

- (A) acatamento de determinação institucional mesmo que fira os princípios do código de ética.
- (B) esclarecimento aos usuários, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos da ação profissional.
- (C) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios do código de ética.
- (D) empenho para viabilização dos direitos sociais dos usuários, através dos programas e políticas sociais.
- (E) participação em sociedades científicas e em entidades representativas e de organização da categoria que tenham por finalidade a produção do conhecimento.

46 Segundo a Lei nº 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, a previdência social rege-se por alguns princípios e objetivos. Dentre eles, destaca-se o(a):

- (A) estabelecimento de diretrizes gerais para a alocação de recursos.
- (B) elaboração de mecanismos de controle dos gastos públicos com a previdência social.
- (C) cobertura universal dos benefícios previdenciários.
- (D) participação dos estados e municípios no custeio da previdência social.
- (E) irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo.

47 Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004), a proteção social especial de alta complexidade se caracteriza pela prestação de alguns serviços como o(a):

- (A) abordagem de rua.
- (B) atendimento integral/institucional.
- (C) atendimento no domicílio.
- (D) plantão social.
- (E) serviço de orientação e apoio familiar.

48 Segundo a análise de Simões (2006), com o processo constituinte de 1988, foram aprovadas, em parte, algumas propostas do movimento sanitário. Dentre os princípios norteadores está:

- (A) a saúde pública deve ser concebida como direito universal dos cidadãos e dever do Estado, não contributiva.
- (B) a criação do Sistema Único de Saúde, com ênfase no processo de descentralização.
- (C) o desenvolvimento tecnológico e científico nas pesquisas referentes à saúde.
- (D) a vigilância sanitária e epidemiológica em todo território nacional e no Distrito Federal.
- (E) a formulação de políticas públicas destinadas à saúde do trabalhador.

49 De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social – Lei nº 8.662/1993 –, os Conselhos Regionais de Serviço Social apresentam algumas atribuições. Uma delas é a de:

- (A) funcionar como tribunal superior de ética profissional.
- (B) aprovar regimentos internos do CFESS.
- (C) orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional do assistente social no âmbito estadual.
- (D) fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos assistentes sociais.
- (E) julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelo CFESS.

50 Segundo o Decreto nº 3.048/1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social, a previdência social compreende:

- (A) a cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.
- (B) a proteção à maternidade, especialmente à gestante.
- (C) o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência dos servidores públicos e dos militares.
- (D) os fundos de pensões pagas mediante contribuições mensais dos trabalhadores inseridos no mercado formal de trabalho.
- (E) a presença do Ministério do Trabalho e Previdência Social como órgão regulador dos serviços previdenciários.

51 O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – desenvolve algumas ações, sendo uma delas a de:

- (A) fiscalização das ações referentes à Política Nacional de Assistência Social.
- (B) fortalecimento dos vínculos intrafamiliares.
- (C) trabalho em parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social.
- (D) gestão integrada das ações assistenciais.
- (E) aplicação dos dispositivos da LOAS.

52 Segundo a análise de Mioto (1997), a família brasileira apresenta mudanças significativas desde, pelo menos, a segunda metade do século passado. Essas novas configurações apresentam algumas características como o(a):

- (A) diminuição das famílias recompostas.
- (B) aumento da concepção em idade precoce.
- (C) predomínio das famílias não nucleares.
- (D) diminuição da coabitação e da união consensual.
- (E) predomínio da concepção da vida produtiva nas mulheres com mais de trinta anos.

53 De acordo com a análise de Yazbek (2006), cabe ao Sistema Único de Assistência Social a efetivação de algumas ações como:

- (A) as ações de proteção básica e as ações de proteção especial.
- (B) a integração das ações assistenciais nos estados e municípios.
- (C) a fiscalização dos recursos destinados à assistência social em todo território nacional.
- (D) a discriminação das demandas dos usuários em situação de vulnerabilidade social.
- (E) o incremento na parceria público/privado na execução das ações assistenciais.

54 Uma das instituições que marcam a história do serviço social no Brasil é o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Considerado como a manifestação original do serviço social, surge em 1932 com o incentivo e controle da hierarquia católica. O objetivo central do CEAS foi:

- (A) promover a criação dos centros operários.
- (B) incentivar a qualificação dos trabalhadores no período da industrialização.
- (C) direcionar a formação profissional para uma postura crítica da realidade.
- (D) coordenar o projeto ético-político profissional.
- (E) promover a formação dos seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja.

55 O Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor estabelece alguns deveres do assistente social com outros profissionais como o de:

- (A) intervir na prestação de serviços objetivando a melhoria no atendimento.
- (B) programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente.
- (C) utilizar recursos institucionais para fins de atendimento.
- (D) incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar.
- (E) respeitar a autonomia dos movimentos populares e das organizações da classe trabalhadora.

56 Num projeto de pesquisa, o cronograma indica:

- (A) os gastos para implementação do projeto.
- (B) a resposta ao que é pretendido na execução das tarefas.
- (C) o tempo necessário para realização de cada etapa do projeto.
- (D) a descrição formal de cada momento da pesquisa.
- (E) a definição da amostragem a ser pesquisada.

57 Segundo a análise de Simões (2006), o terceiro setor se configura como um(a):

- (A) conjunto de atividades privadas, situadas na sociedade civil e que o Estado reconhece ou declara serem de interesse público.
- (B) grupo de interesse público, responsável pelas ações assistenciais junto à sociedade civil e sociedade de interesses particulares.
- (C) organização de interesse estatal, na qual são realizadas atividades de caráter emergencial junto a populações em situação de vulnerabilidade.
- (D) organização estatal de interesse público, destinada a assessorar a implementação da Política Nacional de Assistência Social.
- (E) conjunto de ordenamento jurídico, responsável pelo diagnóstico social das famílias em situação de vulnerabilidade social.

58 O Código de Ética Profissional do Assistente Social em vigor faz referência a alguns deveres do profissional com relação à justiça. Dentre eles, pode-se destacar o seguinte:

- (A) denunciar ao Ministério Público ações que contrariem os princípios do código de ética, observando o sigilo profissional e o respeito pelas demandas dos usuários.
- (B) comparecer perante a autoridade competente, quando intimado a prestar depoimento, para declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional nos termos do código de ética e da legislação em vigor.
- (C) respeitar as decisões da justiça quando se fizer necessário, cumprindo os prazos necessários determinados pelas autoridades competentes.
- (D) aceitar nomeação como perito e/ou atuar em perícia, quando a situação não se caracterizar como área de sua competência ou de sua atribuição profissional, ou quando infringir os dispositivos legais relacionados.
- (E) denunciar ao Conselho Regional de Serviço Social, através de comunicação fundamentada, qualquer forma de exercício irregular da profissão, infrações a princípios e diretrizes do código de ética e da legislação profissional.

59 O Conselho Nacional de Assistência Social está ligado diretamente ao(à):

- (A) Ministério de Integração Regional e Interior.
- (B) Secretaria Geral da Presidência da República.
- (C) Ministério do Trabalho, Emprego e Renda.
- (D) Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- (E) Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

60 O Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009 dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para seguridade social. Para obter esse certificado, as entidades deverão, no atendimento às demandas, obedecer ao princípio da:

- (A) linearidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) universalidade.
- (D) praticidade.
- (E) paridade.

Parte IV: Redação

No 4º parágrafo do texto que você leu no início desta prova, diz Rosiska Darcy Oliveira: “A vida sobrepõe uma série de experiências que não se anulam, ao contrário, se mesclam e compõem uma identidade. O idoso não anula dentro de si a criança e o adolescente, todos reais e atuais, fantasmas saudosos de um corpo que os acolhia, hoje inquilinos de uma pele em que não se reconhecem. E, se é verdade que o envelhecer é um fato e uma foto, é também verdade que quem não se reconhece na foto se reconhece na memória e no frescor das emoções que persistem. É assim que, vulcânica, a adolescência pode brotar em um homem ou uma mulher de meia-idade, fazendo projetos que mal cabem em uma vida inteira.”

A linha de argumentação acima é destaque num texto em que se quer demonstrar que a velhice deixou de ser a fase do “pé na cova”. Você concorda com a autora? É possível analisar a questão da velhice em outra perspectiva? Na sociedade brasileira, a terceira idade goza do respeito e dignidade a que todo ser humano tem direito?

Em cerca de 20 a 25 linhas, redija um texto dissertativo sobre esse tema, usando argumentos consistentes que fundamentem suas considerações. Não se esqueça de dar um título ao texto.

Leia abaixo, com atenção, os critérios que serão usados para a avaliação de seu texto.

- aspectos formais da Língua Portuguesa: texto adequado à modalidade escrita culta, observando-se as normas: de pontuação, ortográficas (conforme o acordo ortográfico em vigor), de concordância nominal e verbal, de regência nominal e verbal, de flexão nominal e verbal e de emprego de pronomes.
Pontuação máxima: 30 pontos
- aspectos textuais: estruturação de períodos e de parágrafos, observando-se a unidade lógica e a coerência das ideias entre as partes do texto; adequação ao tema proposto e ao modo de organização do discurso: descrição, narração, dissertação/argumentação.
Pontuação máxima: 30 pontos
- aspectos discursivos: coesão textual; coerência interna e externa; concisão e clareza das ideias; aprofundamento dos argumentos utilizados; adequação semântica.
Pontuação máxima: 40 pontos

Título: _____

5

10

15

20

25